

A construção histórica da profissão do magistério no Brasil: Os avanços e retrocessos

The historical construction of the teaching profession in Brazil: Advances and setbacks

La construcción histórica de la profesión docente en Brasil: Avances y retrocesos

Recebido: 09/09/2025 | Revisado: 22/09/2025 | Aceitado: 23/09/2025 | Publicado: 26/09/2025

Mirian da Silva Braga

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5834-1748>
Universidad de la Integración de las Américas, Brasil
E-mail: sbmirian6@gmail.com

Resumo

O trabalho docente na atualidade, teve mudanças ao longo dos anos, socioeconômicos e políticos que influenciaram essa atividade no magistério. Assim, uma breve retomada histórica torna-se necessária, a fim de esclarecer fatos determinantes para o entendimento da educação e do papel dos profissionais docentes, avanços e retrocessos da profissão o magistério ao longo do tempo. Desta maneira, o objetivo desta pesquisa é analisar a construção histórica da profissão do magistério no Brasil, bem como os avanços e retrocessos, e tem como objetivos específicos: mostrar o histórico de precarização do ensino público no Brasil; destacar as transformações econômicas e culturais da globalização e suas implicações para a valorização do trabalho docente; descrever a trajetória e as transformações do magistério, dentro do contexto de seus avanços e retrocessos. Metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Percebeu-se que, as transformações econômicas e culturais da globalização, reconhece-se a urgência de políticas que promovam condições de trabalho dignas para os professores e invistam na sua formação integral, assim os avanços serão bem positivos para o magistério no Brasil. Contudo, será possível enfrentar os desafios desse cenário globalizado e, ao mesmo tempo, valorizar o papel essencial do docente como agente de transformação social.

Palavras-chaves: Avanços e retrocessos; Brasil; Ensino; Profissão do magistério.

Abstract

Teaching today has undergone socioeconomic and political changes over the years, influencing this profession. Therefore, a brief historical overview is necessary to clarify key facts for understanding education and the role of teaching professionals, as well as the advancements and setbacks of the teaching profession over time. Thus, the objective of this research is to analyze the historical construction of the teaching profession in Brazil, as well as its advances and setbacks. Its specific objectives are: to demonstrate the historical precariousness of public education in Brazil; to highlight the economic and cultural transformations of globalization and their implications for the appreciation of teaching; and to describe the trajectory and transformations of teaching within the context of its advances and setbacks. Methodology: This is a qualitative bibliographical study. It was realized that, given the economic and cultural transformations of globalization, the urgency of policies that promote decent working conditions for teachers and invest in their comprehensive training is recognized, thus the advances will be very positive for teaching in Brazil. However, it will be possible to face the challenges of this globalized scenario and, at the same time, value the essential role of the teacher as an agent of social transformation.

Keywords: Advances and setbacks; Brazil; Teaching; Teaching profession.

Resumen

La docencia actual ha experimentado cambios socioeconómicos y políticos a lo largo de los años, influyendo en esta profesión. Por lo tanto, es necesario un breve recorrido histórico para esclarecer hechos clave para comprender la educación y el rol de los profesionales docentes, así como los avances y retrocesos de la profesión docente a lo largo del tiempo. Así, el objetivo de esta investigación es analizar la construcción histórica de la profesión docente en Brasil, así como sus avances y retrocesos. Sus objetivos específicos son: demostrar la precariedad histórica de la educación pública en Brasil; destacar las transformaciones económicas y culturales de la globalización y sus implicaciones para la valoración de la docencia; y describir la trayectoria y las transformaciones de la docencia en el contexto de sus avances y retrocesos. Metodología: Se trata de un estudio bibliográfico cualitativo. Se observó que, dadas las transformaciones económicas y culturales de la globalización, se reconoce la urgencia de políticas que promuevan condiciones laborales dignas para los docentes e inviertan en su formación integral, por lo que los avances serán muy positivos para la docencia en Brasil. Sin embargo, será posible afrontar los retos de este escenario globalizado y, al mismo tiempo, valorar el papel esencial del docente como agente de transformación social.

Palabras clave: Avances y retrocesos; Brasil; Teaching; Profesión docente.

1. Introdução

O trabalho docente na atualidade, teve mudanças ao longo dos anos, socioeconômicos e políticos que influenciaram essa atividade no magistério. Assim, uma breve retomada histórica torna-se necessária, a fim de esclarecer fatos determinantes para o entendimento da educação e do papel dos profissionais docentes, avanços e retrocessos da profissão o magistério ao longo do tempo.

Compreender o desenvolvimento histórico da educação é fundamental para entender o papel das instituições escolares na sociedade contemporânea. A escola, em seu formato atual, é fruto de demandas da sociedade industrial capitalista, que buscava formar cidadãos e trabalhadores alinhados à lógica do trabalho assalariado. No livro *A Face Oculta da Escola*, Enguita (1989) explora as origens da escola moderna, abordando como essa instituição surgiu para atender às necessidades do sistema capitalista e como ela tem sido um espaço de disseminação da ideologia meritocrática, que reforça a manutenção das estruturas sociais ao promover a ideia de igualdade de oportunidades e a responsabilização do indivíduo pelo próprio sucesso ou fracasso.

Enguita (1989), descreve como a escola foi criada, multiplicada e adaptada para incluir todos os jovens, moldando-se para que a sala de aula se tornasse o ambiente onde se cultivariam as relações sociais características do trabalho em uma sociedade capitalista. Esse espaço institucional teve o objetivo de preparar crianças e jovens para o trabalho, criando hábitos de disciplina e ocupação contínua, que eliminassem o ócio e reforçassem a ordem – elementos que não surgiram espontaneamente na sociedade, mas que foram estruturados para servir ao processo de produção industrial.

Assim, o papel da escola, tal como se conhece hoje, está vinculado à consolidação do capitalismo, surgindo na época da Revolução Industrial como uma escola pública e estatal, criada para apoiar as necessidades de uma economia em expansão. Com esse entendimento, é possível perceber que a escola reflete os valores da sociedade em que está inserida, pois nasceu da estrutura econômica e política dominante. Desde então, a escola pública, sob a direção de governos alinhados a interesses burgueses, tem sido planejada para consolidar essa ordem.

Desta maneira, o objetivo desta pesquisa é analisar a construção histórica da profissão do magistério no Brasil, bem como os avanços e retrocessos, e tem como objetivos específicos: mostrar o histórico de precarização do ensino público no Brasil; destacar as Transformações Econômicas e Culturais da Globalização e suas implicações para a valorização do trabalho docente; descrever a Trajetória e as Transformações do Magistério, dentro do contexto de seus avanços e retrocessos.

2. Metodologia

O método escolhido foi pesquisa bibliográfica, que conforme Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é construída e desenvolvida com base em material já publicado, constituída principalmente de livros e artigos científicos, sendo uma etapa importante para fundamentar teoricamente o estudo em evidência. As obras e artigos consultados embasaram teoricamente a pesquisa qualitativa que teve como objetivo principal analisar a construção histórica da profissão do magistério no Brasil, bem como os avanços e retrocessos.

Para este estudo de revisão narrativa da literatura, utilizou-se a base de dados do Google Acadêmico e com os termos de busca: Avanços e retrocessos; Brasil; Profissão do magistério; Ensino.

É um estudo de natureza qualitativa que segundo Pereira et al. (2018), o foco da pesquisa qualitativa recai na neutralidade, confiabilidade, validade e generalização. Desta maneira, o desenho de pesquisa deve ser estruturado de forma a responder os objetivos propostos, bem como os seus questionamentos (Silva, 2023, p.8).

3. Resultados e Discussão

A ascensão do neoliberalismo e suas bases políticas, econômicas e ideológicas, bem como as transformações ocorridas a partir da crise do capitalismo na década de 1970. Trouxe mudanças significativas para o universo do trabalho. Assim, as alterações que ocorreram no ambiente laboral a partir dos anos 1970, influenciaram as condições de trabalho dos professores no espaço escolar.

A década de 1970 é um marco na sociologia do trabalho, especialmente devido às profundas transformações nas condições laborais do proletariado. Durante essa época, o capitalismo enfrentou uma crise estrutural que afetou diversos aspectos econômicos, sociais e políticos. Segundo Ricardo Antunes, essa crise resultou em mudanças que afetaram diretamente a classe trabalhadora, incluindo a flexibilização e precarização do trabalho, fenômenos que se aprofundaram nas décadas seguintes, com o aumento do trabalho temporário, terceirizado e informal. A partir dos anos 1990, essas transformações levaram a uma maior fragmentação da classe trabalhadora, com a expansão de empregos precários e o avanço de processos de subordinação no setor público, como nos casos de saúde, educação e energia, que sofreram reestruturações mercantilistas (Antunes, 2009)

No Brasil, essa reconfiguração do mercado de trabalho seguiu as diretrizes do desmonte do Estado de bem-estar social (Welfare State), o que implicou em mudanças nas legislações que protegiam os trabalhadores. O resultado foi o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e o aumento das formas de precarização no mercado de trabalho. Antunes (2009) argumenta que a flexibilização da legislação social do trabalho foi uma estratégia para intensificar a exploração do trabalho, ampliando as formas de extração sobre trabalho e destruindo os direitos conquistados pela classe trabalhadora. A transformação no mundo do trabalho, portanto, reflete a transição para uma lógica neoliberal que altera não apenas as condições objetivas de trabalho, mas também as subjetivas, moldando o indivíduo de forma empresarial e precária.

As condições de trabalho dos professores e a qualidade da educação pública têm sido um problema persistente em muitos países, incluindo o Brasil (Apple, 2003; Beech, 2009; Cantor, 2012; Oliveira & Vieira, 2010; Paparelli, 2010). Esses desafios, como a desvalorização profissional, jornadas longas e salários baixos, têm gerado protestos em diversos setores educacionais. Em muitos estados brasileiros, e também em outros países, greves têm sido recorrentes, com pautas focadas no aumento salarial, melhoria das condições de trabalho e na busca por uma educação de qualidade. Esse cenário revela um movimento de resistência por parte dos educadores, como já previsto por alguns estudiosos (Silver, 2005; Vieitez & Dal Ri, 2011), que alertam para uma fase de intensos conflitos no setor educacional, sobretudo no que tange à luta pela manutenção de uma escola pública, gratuita e de qualidade.

As reformas educacionais dos anos 1990, em especial no Brasil, refletem a consolidação de políticas neoliberais, resultando em mudanças estruturais na educação que impactaram diretamente as condições de trabalho docente. Essa era foi marcada por uma intensificação da globalização econômica, que também se refletiu nas políticas educacionais adotadas no país, sendo uma parte essencial da reforma do aparelho de Estado.

Nas últimas duas décadas, o tema do trabalho docente voltou a ganhar destaque nas pesquisas acadêmicas. Embora já tenha sido abordado anteriormente por autores como Enguita (1989), Apple (1995) e Nóvoa (1995), a década de 1990 priorizou estudos focados na organização do trabalho docente e na gestão democrática das escolas, especialmente em decorrência das reformas educacionais (Oliveira, et al., 2016). Durante esse período, os aspectos relacionados às condições de trabalho do professor foram muitas vezes relegados a segundo plano. Contudo, recentemente, observou-se um aumento considerável nas pesquisas sobre a realidade do trabalho docente, especialmente aquelas que analisam as representações dos próprios professores sobre suas condições de trabalho. Contudo, ainda há uma lacuna no estudo das condições objetivas do trabalho docente, especialmente em relação à implementação de políticas educacionais (Oliveira & Pires, 2014).

As condições de trabalho dos professores têm se agravado ainda mais nos últimos anos, com a intensificação de políticas de austeridade fiscal e a crise econômica que o Brasil atravessa desde 2015. A falta de investimentos em educação, a redução de verbas para as universidades públicas e a ampliação das privatizações têm sido constantes. Segundo Pereira Filho (2024), as greves e mobilizações dos professores, que se intensificaram nesse período, são um reflexo direto do descontentamento com as condições de trabalho e da falta de valorização da carreira docente. A crise do financiamento da educação no Brasil, aliada à fragmentação das políticas educacionais e à gestão centralizadora e burocrática das escolas, criou um cenário de total desamparo para os profissionais da educação. Essa situação é ainda mais grave quando se observa que as escolas públicas enfrentam problemas estruturais, como a falta de salas de aula adequadas, a ausência de materiais pedagógicos e a escassez de tecnologias educacionais.

A precarização do ensino público, portanto, é um reflexo de uma série de escolhas políticas feitas ao longo dos anos, que priorizaram o corte de gastos e a diminuição do papel do Estado na educação, em detrimento de um investimento de longo prazo em infraestrutura e na formação dos profissionais da educação. Isso se reflete diretamente na qualidade do ensino e na desigualdade educacional que caracteriza o Brasil, onde alunos das classes populares e de regiões periféricas continuam a ter acesso a um ensino inferior, com condições de aprendizado aquém do que seria necessário para sua formação plena. A falta de políticas públicas eficientes, que priorizem a educação como um direito social fundamental, e a contínua precarização do trabalho docente são desafios centrais para a superação das desigualdades educacionais no Brasil.

As pesquisas realizadas nos últimos anos, como as de Lima (2021) e Bertoni (2014), destacam que a luta pela valorização do trabalho docente e a defesa do ensino público de qualidade são questões essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo e equitativo. As greves dos professores e os movimentos em defesa da educação são expressões de resistência que mostram que, apesar da precarização, os profissionais da educação continuam a lutar por melhores condições de trabalho e por uma educação pública que seja, de fato, acessível e de qualidade para todos.

No entanto, para que esses avanços ocorram de maneira efetiva, é necessário que o Estado assuma de fato o seu papel como promotor de políticas públicas que valorizem o magistério, invistam na infraestrutura das escolas públicas e, principalmente, tratem a educação como um direito fundamental e não como uma mercadoria sujeita às flutuações do mercado (De Oliveira, 2024).

Ao refletir sobre as transformações econômicas e culturais da globalização e suas implicações para a valorização do trabalho docente, percebe-se como esse fenômeno impacta as dinâmicas educacionais e redefine o papel dos professores. A globalização, como aponta Santos (2000), não é um processo homogêneo, mas sim um conjunto de relações marcadas pela desigualdade entre os países e dentro deles. Essa perspectiva crítica me ajuda a entender como as mudanças econômicas globais moldam as políticas educacionais e as condições de trabalho dos docentes, especialmente em contextos periféricos, como o Brasil.

Em Santos (2003) há um referencial teórico essencial para compreender as complexidades desse processo e suas repercussões na valorização do trabalho docente. Em sua obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Santos apresenta uma visão crítica e dialética sobre a globalização, reconhecendo suas perversidades, mas também suas possibilidades de transformação.

Santos inicia sua análise com uma constatação pungente: a globalização, em sua forma atual, é um fenômeno marcado por desigualdades estruturais e pela imposição de uma ordem econômica hegemônica, sustentada por fábulas e ideologias que mascaram suas contradições. Ele argumenta que a globalização é sustentada pela "unicidade das técnicas", em que o computador, enquanto símbolo do avanço tecnológico, viabiliza uma "finança universal" capaz de impor ao mundo uma nova lógica de exploração e concentração de riqueza (Santos, 2003, p. 27). Essa reflexão, transmite a maneira de como essas dinâmicas moldam

as políticas educacionais, muitas vezes submetendo a educação à lógica do mercado, com impactos diretos sobre a profissão docente.

Entre as fábulas perpetuadas pela globalização, Santos destaca a ideia de "aldeia global", que sugere a compressão do espaço e do tempo em uma comunidade homogênea e interligada. Contudo, como ele esclarece, essa narrativa ignora as desigualdades subjacentes, que confinam grande parte da população à exclusão dos fluxos globais de poder e informação. Para Santos, "fala-se de uma humanidade desterritorializada, e essa ideia deve-se a outra, de uma cidadania universal" (Santos, 2003, pp. 41-42). Ao analisar essa passagem, percebe-se que a promessa de uma cidadania universal, embora atraente, muitas vezes exclui as vozes daqueles que não têm acesso aos recursos tecnológicos e econômicos necessários para participar plenamente desse cenário global.

Na segunda parte de sua obra, Santos aprofunda sua crítica ao expor as perversidades da globalização. Ele aponta que a "tirania do dinheiro e da informação" polariza a economia em favor de atores hegemônicos, agravando as desigualdades e impondo um "totalitarismo" disfarçado pela competitividade desenfreada. Segundo o autor, "a competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala" (Santos, 2003, p. 37). Essa lógica de competição, tão presente nas políticas educacionais contemporâneas, muitas vezes submete o trabalho docente a critérios de produtividade e eficiência que ignoram a complexidade do ato de educar.

Além disso, Santos destaca que as técnicas de informação são apropriadas por uma minoria de Estados e empresas, aprofundando as desigualdades globais. Ele observa que "a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle" (Santos, 2003, p. 39). No campo da educação, isso se reflete na disparidade de acesso às tecnologias e na falta de infraestrutura adequada, fatores que sobrecarregam ainda mais os professores, especialmente em contextos periféricos.

A análise de Santos também evidencia como a mídia desempenha um papel central na disseminação de ideologias que legitimam a globalização como algo inevitável. Ele argumenta que "há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas" (Santos, 2003, p. 40). Essa conexão entre mídia e mercado influencia diretamente a percepção pública sobre a educação, muitas vezes reduzindo-a a um produto a ser consumido e desvalorizando o trabalho docente como um bem público essencial.

Na perspectiva de Santos, a valorização do ser humano, por meio da cidadania e do fortalecimento de políticas públicas, é o caminho para superar as perversidades da globalização. Ele argumenta que "essa valorização radical do indivíduo contribuirá para a renovação quantitativa da espécie humana, servindo de alicerce a uma nova civilização" (Santos, 2003, p. 169). Como educadora, a autora vê nesse pensamento um chamado para repensar o papel da escola e do professor na construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

No âmbito econômico, a globalização promoveu a reestruturação produtiva, flexibilizando as relações de trabalho e intensificando as exigências do mercado. Assim, Harvey (1992), em sua análise sobre a condição pós-moderna, destaca como o capitalismo globalizado acelerou os processos de inovação tecnológica e reorganização do trabalho, criando demandas por uma educação voltada para a formação de sujeitos competitivos e adaptáveis. Ao mesmo tempo, essa lógica mercantilista pressiona os docentes a se adaptarem constantemente, muitas vezes sem o suporte necessário em termos de políticas públicas e valorização profissional.

Ao aprofundar o estudo em Harvey (1992) percebe-se como essas mudanças dialogam diretamente com a valorização e a desvalorização do trabalho docente em um contexto globalizado e pós-moderno. A lógica do capitalismo avançado, com suas rupturas e reconfigurações, influencia profundamente a organização social, as práticas culturais e as relações de trabalho, incluindo o campo da educação.

Harvey em sua obra *A Condição Pós-Moderna*, discute a modernidade e o modernismo, descrevendo-os como processos marcados por rupturas e fragmentações constantes. Ele ressalta que a modernidade artística, por exemplo, opera em um "implacável mundo da ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes", refletindo um interminável processo de destruição e criação (Harvey, 1992, p. 22). Essa lógica, que ele denomina "imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva" (Harvey, 1992, p. 26), também é observada no desenvolvimento capitalista. Para Harvey, o capitalismo cria espaços e oportunidades ao custo da desestabilização de formas tradicionais de trabalho e organização social.

Quando se relaciona essa análise ao trabalho docente, nota-se que o papel dos professores está cada vez mais inserido em um contexto de instabilidade e reconfiguração. A lógica do mercado, amplificada pela globalização, exige que os professores se adaptem continuamente às novas demandas educacionais, muitas vezes sem a devida valorização. A ruptura constante com métodos e práticas pedagógicas tradicionais, promovida por políticas educacionais baseadas em produtividade e resultados imediatos, cria um ambiente de trabalho marcado pela precariedade e pela pressão constante por inovação.

A transição do fordismo para o que Harvey chama de "acumulação flexível" intensifica essas dinâmicas. Esse novo regime, caracterizado pela flexibilidade produtiva e pela descentralização, redefine as relações de trabalho ao introduzir maior controle sobre os trabalhadores e maior fragmentação das tarefas. Como Harvey observa, "[...] as transformações da estrutura do mercado de trabalho tiveram como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial" (Harvey, 1992, p. 145). Na educação, isso se reflete em políticas que desconsideram a singularidade do ato de educar, tratando o ensino como uma atividade fragmentada e padronizada, muitas vezes subordinada a metas de eficiência e rentabilidade.

Esse contexto também afeta a percepção social do trabalho docente. Harvey destaca que a propaganda e a comercialização, no capitalismo avançado, destroem os vestígios da produção humana, reforçando o fetichismo da mercadoria e promovendo a alienação e a fragmentação (Harvey, 1992, p. 99). Na educação, essa lógica se manifesta na crescente instrumentalização do ensino, em que a aprendizagem é vista como um produto a ser consumido, e o professor, como um executor de tarefas. Essa visão desvaloriza a dimensão humana e relacional do trabalho docente, reduzindo-o a uma função técnica e funcionalista.

Além disso, a experiência cambiante do espaço e do tempo, descrita por Harvey como característica central da pós-modernidade, também tem implicações significativas para a profissão docente. Ele afirma que "as práticas estéticas e culturais têm particular suscetibilidade à experiência cambiante do espaço e do tempo exatamente por envolverem a construção de representações e artefatos espaciais a partir do fluxo da experiência humana" (Harvey, 1992, p. 293). No campo educacional, isso se traduz em demandas por maior flexibilidade e adaptabilidade por parte dos professores, que precisam lidar com a aceleração das mudanças curriculares, tecnológicas e culturais (De Oliveira, 2024). No entanto, essa adaptabilidade nem sempre é acompanhada de formação adequada ou reconhecimento profissional, contribuindo para a desvalorização da profissão.

A análise de Harvey sobre a pós-modernidade também destaca a fragmentação das relações sociais e a perda de coesão comunitária, que afetam diretamente o ambiente escolar. Ele observa que, na lógica do capital, as mudanças tecnológicas e organizacionais frequentemente ampliam as desigualdades e criam uma "universalização do desconforto social" (Harvey, 1992, p. 301). Essa realidade impacta os professores, que enfrentam não apenas desafios pedagógicos, mas também a precarização de suas condições de trabalho e a desvalorização de seu papel como agentes de transformação social.

Culturalmente, Bauman (2003) descreve a globalização como um processo que dissolve fronteiras e intensifica o contato entre culturas, mas que, paradoxalmente, reforça desigualdades e valores consumistas, refletindo sobre os desafios enfrentados pelos professores que lidam com uma diversidade cultural crescente em sala de aula e com as tensões entre a padronização global e a preservação de identidades locais. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço de resistência e construção de alternativas críticas.

Bauman observa que, em vez de promover uma homogeneização da condição humana, a globalização tende a acentuar a divisão entre aqueles que podem se beneficiar de suas oportunidades e aqueles que não têm acesso a elas. Ele destaca que “a fragmentação e o isolamento ‘na base’ continuam sendo irmãos gêmeos da globalização ‘no topo’” (Bauman, 2003, p. 14), o que, em parte, reflete uma realidade em que os professores, principalmente em contextos periféricos, são cada vez mais marginalizados. A globalização, ao anular distâncias físicas e temporais, pode até oferecer liberdade para certos grupos, mas ao mesmo tempo deixa muitos em situações de confinamento social e econômico, o que é particularmente evidente no campo educacional.

Essa polarização, descrita por Bauman, é particularmente relevante ao pensar sobre a mobilidade e as condições de trabalho docente. Ele utiliza as categorias de “turistas” e “vagabundos” para ilustrar a divisão entre aqueles com liberdade para se mover pelo mundo e aqueles que ficam restritos às suas localizações, sem recursos ou oportunidades de melhorar sua situação. Para ele, “com a liberdade de movimento no centro, a atual polarização tem muitas dimensões” (Bauman, 2003, p. 26). Quando se pensa no trabalho docente, vê-se essa polarização como uma realidade em que alguns professores, especialmente em escolas de regiões privilegiadas, têm acesso a melhores condições de trabalho, formação continuada e recursos, enquanto outros, em contextos mais empobrecidos, enfrentam condições precárias e falta de reconhecimento.

Bauman também argumenta que a globalização beneficia as grandes corporações, que têm a liberdade de se deslocar para áreas onde as condições de trabalho são mais exploratórias. Ele descreve essa flexibilidade como “liberdade de ir aonde os pastos são verdes, deixando o lixo espalhado em volta do último acampamento para os moradores locais limparem” (Bauman, 2003, p. 112-113). Refletindo sobre isso, nota-se como a flexibilidade e a adaptação exigidas dos professores são, muitas vezes, desprovidas de qualquer reconhecimento ou melhoria nas suas condições de trabalho.

A desvalorização do trabalho docente, no contexto da globalização, é uma consequência direta dessa lógica, onde os professores são tratados como peças de reposição em um sistema educacional que prioriza a eficiência e resultados imediatos, sem garantir a qualidade ou a estabilidade necessária para o desenvolvimento pleno da profissão.

A mobilidade geográfica, que Bauman identifica como uma das principais formas de diferenciação social, tem se refletido diretamente na educação. Ele aponta que, para os “vagabundos”, a globalização significa uma “impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar” (Bauman, 2003, p. 19). Essa impossibilidade de mudança está presente no trabalho docente, especialmente nas regiões mais periféricas, onde as escolas enfrentam falta de recursos, de infraestrutura e de apoio institucional. Os professores, muitas vezes, são forçados a trabalhar com condições mínimas e, ainda assim, são cobrados por resultados que estão além de suas capacidades, resultando em uma desvalorização contínua da profissão.

A análise de Bauman sobre a polarização social e a flexibilidade das grandes corporações ajuda a entender como as mudanças no mercado de trabalho globalizado têm impactado diretamente o trabalho docente. Ele observa que “os empregos surgem e somem assim que aparecem, são fragmentados e eliminados sem aviso prévio” (Bauman, 2003, p. 113). Essa instabilidade no mercado de trabalho é uma realidade crescente para os docentes, que enfrentam, além da precarização de suas condições de trabalho, a desvalorização da sua profissão (De Oliveira, 2024). A falta de estabilidade e a pressão por resultados imediatos tornam o trabalho docente um campo de constante insegurança.

A reflexão de Bauman, ao abordar as desigualdades e a polarização geradas pela globalização, oferece uma base importante para se entender os desafios enfrentados pelos educadores no contexto atual. A valorização do trabalho docente não deve ser vista apenas como um problema individual, mas como uma questão estrutural que está diretamente ligada às dinâmicas globais de poder, mobilidade e exploração. Para que a educação se torne um verdadeiro instrumento de transformação social, é urgente que os professores sejam valorizados em suas condições de trabalho, e que políticas públicas e sociais sejam

implementadas para garantir a dignidade e o respeito pela profissão. A luta pela valorização do trabalho docente, portanto, deve ser uma luta contra a lógica de exploração que caracteriza a globalização e que marginaliza os trabalhadores mais vulneráveis.

Castells (1999), ao explorar a sociedade em rede, evidencia como as novas tecnologias da informação transformaram as estruturas sociais e econômicas, exigindo novas formas de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva reforça a importância de uma formação docente voltada para o uso crítico dessas tecnologias, de modo a preparar os estudantes para interagir de forma consciente em um mundo digital e interconectado.

Nesse contexto de desafios globais, Nóvoa (2009) destaca que a valorização do trabalho docente exige um compromisso com a formação continuada e com políticas que reconheçam a centralidade dos professores na construção de sociedades mais justas. A reflexão de Nóvoa orienta a compreensão sobre como a formação inicial e continuada precisa ser pensada como um processo que transcenda a técnica, valorizando a dimensão humana e política do trabalho docente.

Assim, na trajetória de análise sobre as transformações do magistério, o impacto das mudanças contemporâneas sobre os professores não pode ser entendido sem uma reflexão profunda sobre o papel que esses profissionais desempenham em um sistema educacional que está em constante mutação (Da Costa et al., 2025). O magistério, em sua essência, sempre foi marcado por desafios complexos, tanto do ponto de vista social quanto político, e essas tensões se aprofundam na atualidade. Para compreender as consequências que as mudanças geram no magistério, é imprescindível dialogar com os estudos de autores como Nóvoa (2019) e Apple (2011), cujas obras revelam a complexidade da profissão docente e suas transformações em face das reformas educacionais e das políticas neoliberais.

Ao refletir sobre o magistério, nota-se que uma das primeiras consequências para o docente, em qualquer contexto educacional, é a desvalorização progressiva da profissão. De acordo com Nóvoa (2019), a configuração atual da escola e as políticas educacionais que se apresentam desde o final do século XX têm resultado em uma mudança estrutural no entendimento da profissão docente. O autor alerta para a "desprofissionalização" dos professores, um processo que se intensifica com a ênfase na padronização das práticas pedagógicas e na busca por resultados imediatos, muitas vezes em detrimento da reflexão crítica e da autonomia profissional. O próprio conceito de "educador" tem sido esvaziado, sendo aplicado a um conjunto heterogêneo de indivíduos, como gestores, pais e tutores, que, apesar de exercerem funções educativas, não possuem a formação específica que caracteriza o magistério. Esse movimento, segundo o autor, está intimamente ligado à reconfiguração das escolas e à entrada de ideologias neoliberais que buscam transformar a educação em um mercado.

Essa diluição da profissão docente, defendida por movimentos como o "Teach for America" mencionado por Apple (2011), é uma das consequências mais visíveis dessa tendência. Apple argumenta que tais movimentos não apenas desvalorizam a formação docente, mas também enfraquecem a identidade profissional dos professores, tratando-os como peças intercambiáveis dentro de um sistema educacional que privilegia a eficiência e os resultados, muitas vezes à custa da qualidade e da reflexão pedagógica. No caso do "Teach for America", a proposta de substituir a formação sólida e contínua de professores por programas rápidos e pouco aprofundados demonstra, de maneira explícita, a visão instrumental e utilitarista que muitos governos e setores privados têm em relação à profissão docente.

Essa visão de desprofissionalização gera uma série de implicações para a prática docente. Quando um professor é tratado como um "funcionário" de uma instituição, e não como um profissional que constantemente reflete sobre suas práticas, a própria essência da profissão se perde (De Oliveira, 2024). A consequência disso para o magistério é clara: a perda de autonomia do professor, que passa a ser visto como um executor de um currículo padronizado, sem espaço para adaptações, inovações ou mesmo para a troca de experiências com seus pares. Essa lógica reducionista de educação é, como aponta Apple (2011), uma forma de controlar a educação e de minimizá-la a um simples processo de transmissão de conhecimento, sem considerar as dimensões mais complexas do ensino, como a formação crítica, ética e cidadã dos alunos.

Outro ponto relevante é que as reformas educacionais recentes, baseadas em ideologias de privatização e individualização, promovem uma maior separação entre a escola e a sociedade. Essas reformas, que buscam adequar a educação às exigências do mercado, tratam a escola como uma empresa e, ao fazer isso, ignoram os aspectos sociais e coletivos da educação, conforme discutido por Nóvoa (2019). Essa perspectiva, ao negligenciar a importância da escola pública e inclusiva, acarreta uma fragmentação da formação docente, pois ela é reconfigurada de acordo com interesses econômicos e políticos que não levam em consideração a construção de uma educação que seja verdadeiramente democrática e acessível a todos.

Como consequência disso, tem-se a desarticulação entre os professores e o seu papel social. No contexto das políticas neoliberais, como as que Apple descreve em seu trabalho, a função docente deixa de ser uma tarefa de caráter social, comprometida com a formação integral dos alunos, para se tornar uma função que visa apenas atender às demandas do mercado.

Essa imposição de padrões, que desconsidera a realidade das escolas e dos professores, tem consequências devastadoras para o magistério. O estresse e a desmotivação dos docentes aumentam, pois, suas práticas pedagógicas se tornam cada vez mais presas a metodologias que não correspondem à realidade de suas salas de aula. Como Nóvoa (2019) aponta, o professor se vê forçado a seguir uma lógica de "mercado", onde sua profissão deixa de ser uma vocação, uma escolha de vida, e passa a ser apenas uma ocupação, sem reconhecimento e sem respaldo social. Ao adotar esse modelo de ensino, o Estado e as políticas educacionais não apenas desrespeitam a profissão docente, mas também comprometem a qualidade da educação, pois um professor desvalorizado não pode realizar um trabalho de qualidade.

Ainda, é importante refletir sobre o impacto que essa situação tem nas próprias condições de trabalho dos professores. A crescente precarização da profissão, que resulta de reformas baseadas na lógica neoliberal, também implica em uma diminuição das condições materiais e simbólicas de trabalho dos docentes. Na prática e na reflexão sobre o magistério, o afastamento entre a escola e a sociedade, bem como a fragilização do vínculo dos professores com a sua profissão, resultam em um cenário onde os docentes se sentem cada vez mais desprotegidos e desvalorizados.

Neste sentido, as reflexões de Nóvoa (2019) e Apple (2005) ajudam a entender as consequências desse processo de desvalorização do magistério. Ambos os autores defendem a necessidade de uma transformação profunda na formação docente, mas, para isso, é preciso que haja uma valorização do trabalho do professor, reconhecendo-o não apenas como um profissional técnico, mas como um sujeito político, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A solução não está em formas de privatização da educação, mas em fortalecer o papel do professor dentro de um sistema público e democrático de ensino (Da Costa *et al.*, 2025).

4. Considerações Finais

Através do estudo foi possível constatar que a precarização do ensino público, é um problema estrutural que exige uma resposta igualmente estrutural. Apenas por meio de um compromisso sério com a educação pública, com o fortalecimento das políticas de valorização do trabalho docente e com o aumento dos investimentos no setor será possível reverter o quadro atual e garantir uma educação de qualidade para as futuras gerações.

Neste processo histórico, o professor, então, passa a ser visto não como um profissional que forma cidadãos críticos, mas como um mero transmissor de conteúdos padronizados, que devem ser avaliados com base em critérios de desempenho quantificáveis. A busca pela eficiência e pelo aumento dos resultados educacionais, muitas vezes, leva à implementação de estratégias que reduzem o espaço para a reflexão pedagógica e a autonomia dos docentes.

Sobre o trabalho docente, percebe-se que a globalização tem promovido uma nova hierarquia social onde a mobilidade e a flexibilidade são privilégio de poucos, enquanto a maioria dos trabalhadores, incluindo os professores, fica à margem, sem as condições adequadas para desenvolver suas habilidades e contribuir efetivamente para a sociedade. A desvalorização do

trabalho docente, portanto, é um reflexo direto da polarização social e econômica promovida pela globalização. Para que a educação possa cumprir seu papel transformador, é necessário que o trabalho docente seja reconhecido e valorizado, com condições adequadas de formação, remuneração e apoio institucional.

Percebeu-se que as transformações econômicas e culturais da globalização, reconhece-se a urgência de políticas que promovam condições de trabalho dignas para os professores e invistam na sua formação integral, assim os avanços serão bem positivos para o magistério no Brasil. Contudo, será possível enfrentar os desafios desse cenário globalizado e, ao mesmo tempo, valorizar o papel essencial do docente como agente de transformação social.

Por fim, refletindo sobre as consequências para o magistério, percebe-se que o futuro da profissão docente está intimamente ligado à capacidade de resistir a essas pressões externas que buscam diminuir sua importância e sua autonomia. Nesse sentido, este estudo é apenas um esboço que poderá contribuir para futuras pesquisas voltadas para esta temática.

Referências

- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Apple, M. W. & Au, W., & Gandin, L. A. (2011). *Educação crítica: análise internacional*. Editora Artmed.
- Apple, M. W. (2005). *Para além da lógica de mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo*. Editora DP&A.
- Apple, W. M. (2003). Aliança Estratégica ou Estratégia Hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. *Educação e Sociedade*. Educ. Soc. 24(84). <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300014>.
- Beech, J. (2009). A internacionalização das políticas educativas na América Latina. *Currículo sem Fronteiras*. 9(2), 32-50.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade*. Editora Jorge Zahar.
- Bertonceli, M. (2014). *Trabalho docente na educação infantil: entre a precarização e valorização profissional*. Dissertação (Mestrado). <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/984/1/Mariane%20Bertonceli.pdf>
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Ediora Paz e Terra.
- Cantor, R. V. (2012). Proletarización docente. Rebelión. <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=154070>.
- Da Costa, R. M., de Sá, E. R., da Silva Limoeiro, D., da Silva, R. P., da Costa, R. M., Araújo, F. A. S., ... & Silva, F. M. M. (2025). O processo de formação de professores no cenário brasileiro: um breve panorama histórico/contemporâneo. *Aracê*, 7(8), e7686-e7686.
- De Oliveira, W. L. (2024). História da formação de professores da educação profissional no brasil: avanços, retrocessos e legislação. *Revista Eixo*, 13(2), 33-43.
- Enguita, M. F. (1989). *A face oculta da escola*. Editora Artes Médicas.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (6ed). Editora Atlas. Bibliografia. ISBN 978-85-97-01292- 7.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Editora Loyola.
- Lima, F. R. (2021). A carga mais pesada do mercado é a carga docente: sobre (des)valorização, (des/re)conhecimento e (des)respeito a figura do professor em tempos de crise. *Revista Educação e Emancipação*. 14(1), 389–424. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/1652>.
- Nóvoa, A. (1995). (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto.
- Nóvoa, A. (2019). Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3.
- Nóvoa, A. (2009). *Os professores e a sua formação: história e sociedade*. 10. ed. Campinas: Papirus.
- Oliveira, D. A. & Vieira, L. M. F.(2010). (Coord.). *Pesquisa “Trabalho docente na educação básica no Brasil” – Sinopse do Survey Nacional*. Belo Horizonte.
- Oliveira, L. J. & Pires, A. P. V. (2014). Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. *Revista do Direito Público*. 9(1), 73, 30.
- Paparelli, R. (2010). Saúde mental relacionada ao trabalho: o caso de educadores da rede pública de ensino paulistana. In: Sant’Ana, R. S. et al. *O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular. p. 315-42.
- Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book gratuito]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM. 9).

Pereira Filho, S. (2024). História concisa da confederação dos professores do Brasil (CPB). https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/9259_pereira_filho_sebastiao.pdf.

Santos, M. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Editora Record.

Santos, M. (2003). Economia espacial: críticas e alternativas. Editora EDUSP.

Silva, G. P. da. (2023). Desenho de pesquisa. Edição revisada. Editora Enap.

Silver, B. J. (2005). Forças de trabalho: movimentos trabalhistas e globalização desde 1870. Editora Boitempo.

Vieitez, C. G., Dal Ri, N. M. (2011). Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: Lima, F. C. S., Souza, J. U. P. & Cardozo, M. J. P. B.. (2011). Democratização e educação pública: sendas e veredas. 1. ed. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão - Edufma. 1. 133-65.